

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### AMEAÇA A CONSTITUIÇÃO – CENSURA NAS REDES SOCIAIS

#### Autor(es)

Adriano De Souza Figueiredo  
Edileusa De Sousa Neto  
Julyana Costa 096@Gmail.Com  
Demilton Teixeira De Oliveira  
Ana Beatriz Freires Vieira  
Júlia Moraes De Jesus  
Grazielle Izidro Xavier  
Administrador Kroton  
Syang Lustosa Dos Santos

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe no inciso IX do artigo 5º sobre ser livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Com o crescente aumento da interferência do universo virtual, por meio das redes sociais, na política brasileira, alguns ‘digital Influencers’ sofreram inúmeras represálias por seus posicionamentos, chegando ao ponto de acusarem o governo de imposição de censura. Esse cenário desencadeou uma profunda discussão sobre a necessidade da criação de regras básicas de uso e funcionamento para as redes sociais para assegurar a preservação dos direitos individuais e também dos direitos da coletividade sem o detimento da prerrogativa do livre pensamento.

#### Objetivo

Pretende-se analisar como as relações e ações virtuais, em especial as publicações de cunho político, devem ser entendida como ato de livre-arbítrio estando diretamente limitado apenas pelos outros direitos constitucionais, mostrando assim, que a liberdade de expressão não é um direito fundamental absoluto e seus frutos podem bater de frente em diferentes âmbitos tutelados pelo Direito.

#### Material e Métodos

Para desenvolvimento deste presente artigo foi utilizado como conteúdo norteador o inciso artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, artigos científicos sobre as redes sociais, julgados e jurisprudência dos tribunais, pesquisas bibliográficas, vídeos do YouTube e principalmente o conhecimento básico a respeito do ordenamento jurídico brasileiro, além da vivência digital, já que todos acabam sendo influenciados pelo advento das redes sociais.

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



### Resultados e Discussão

É indiscutível a influência das redes sociais na política do século XXI, em teoria cada um faz o uso que julgar adequado, usufruindo assim do artigo 220 da Constituição, que assegura o livre arbítrio. É evidente que a liberdade de expressão “assusta” e coloca em jogo certas manipulações ou opiniões políticas que ameaçam a constituição.

O cenário político abriu diversos debates sobre falas, ideais e atitudes de líderes políticos. A sociedade dividia, fechada em suas opiniões pessoais e dentro disso, quem estava no poder, detinha a “liberdade” de se promover através do poder.

O Estado Democrático deve manter seu objetivo primordial: proteger a liberdade garantido tanto sua exibição positiva, que envolve a proteção da livre manifestação de opinião, quanto às publicações contrárias, que se fazem referência a censura apontada em muitas de suas ações, atentos que o STF não adotou o entendimento de que a garantia de liberdade de expressão abrange o que é conhecido como discurso de ódio.

### Conclusão

A censura sempre foi utilizada como uma ferramenta para silenciar e impedir que conteúdos circulassem. O uso da censura em defesa da democracia se tornou comum no judiciário, o poder cautelar é o novo nome da censura e no mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência pacificada reconhecendo a necessidade de proteger e assegurar o amplo exercício da liberdade de expressão e dos direitos correlatos, assim sendo as redes também estão incluídas nessas decisões do judiciário.

### Referências

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – São Paulo: Atlas, 2017.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14. ed. rev e atual.- São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Superior Tribunal Federal, Pet 10391 AgR / DF, Relator: Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno. Julgado em 06/12/2021. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur458680/false>>. Acesso em: 02 abril 2024.